



Colaboração premiada

Moraes mantém delação premiada de Mauro Cid e revoga prisão preventiva

— Após áudios nos quais diz que investigação tem ‘narrativa pronta’, militar negou ter sido coagido no acordo; ministro afirma que não há motivos para anular a colaboração

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO
SÃO PAULO
TÁCIO LORRAN
BRASILIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar o tenente-coronel Mauro Cid e manteve a validade de sua delação premiada. A decisão atendeu a um pedido da defesa — ele foi solto ontem. O ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a ser preso preventivamente após virem a público áudios em que ele insinua ter sido pressionado a confirmar uma “narrativa pronta” na sua colaboração. A validade da delação premiada de Cid estava “sob análise” do Supremo.

existência de qualquer óbice à manutenção do acordo de colaboração premiada nestes autos, reafirmadas, mais uma vez, a regularidade, legalidade e adequação dos benefícios pactuados e dos resultados da colaboração à exigência legal e a voluntariedade da manifestação de vontade”, escreveu o ministro.

MEDIDAS. Para Moraes, “apesar da gravidade das condutas”, não há mais necessidade de manter a prisão preventiva. Mauro Cid voltará a cumprir uma série de medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica e a proibição de usar redes sociais e de manter contato com outros investigados no Supremo.

Os áudios que colocaram o ex-ajudante de ordens em uma situação difícil com os investigadores foram revelados pela revista *Veja* no fim de março. Nos áudios, Cid afirma que o ministro do STF já tem pronta uma sentença dos investigadores. Em uma das gravações, ele diz que os investigadores “não queriam saber a verdade” sobre a suspeita de tentativa de golpe, e, sim, confirmar uma “narrativa pronta”.

Ele foi intimado a se explicar e justificou que fez um “desabafo” em uma conversa privada e informal e que acabou falando “besteira” porque está mais “sensível” e enfrenta “problemas financeiros e familiares”. Na ocasião, para justificar a nova ordem de prisão, o

Dessa maneira, o colaborador MAURO CÉSAR BARBOSA CID, devidamente acompanhado por seus advogados constituídos e na presença da representante da Procuradoria Geral da República, reafirmou a TOTAL HIGIEZ DA COLABORAÇÃO PREMIADA realizada pela Polícia Federal e homologada pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, como bem destacado pela Procuradoria Geral da República:

“O requerente, em audiência de justificação, confirmou a voluntariedade de seus depoimentos e esclareceu que conversou previamente com seus advogados sobre a colaboração, sem sofrer pressão do Poder Judiciário ou da Polícia Federal.

Após, o requerente compareceu à sede da Diretoria de Inteligência da Polícia Federal em Brasília/DF, por mais de uma vez, onde assinou novos termos de declaração e prestou informações complementares sobre os áudios divulgados.

Os elementos trazidos aos autos indicam que o investigado segue contribuindo com as investigações e que permanecem hígidos os requisitos legais do acordo de colaboração premiada.

A sua verificação de ocorrência, pela manifestação formalizada da

Decisão de Moraes fala em ‘total higidez da colaboração premiada’

Militar admitiu que ‘pisou na bola’ com a PF, afirma advogado

Ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o tenente-coronel Mauro Cid afirmou ter se arrependido do “desabafo” que fez ao dizer, em áudios vazados à imprensa, que o inquérito da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe de Estado é “narrativa pronta”.

O relato foi feito pelo advogado César Bitencourt, que faz a defesa de Cid, em coletiva ontem, após o militar ser solto. “Nós já tivemos

uma conversa de cara. Ele mesmo (*disse*): ‘Pisei na bola’. É lógico que pisou, né? É um sujeito inteligente. Outra coisa: o celular é o mundo, um universo, ninguém controla. Então, se você não se controlar...”, declarou Bitencourt.

Ao ser preso, após uma oitiva com um juiz do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, Cid desmaiou. Segundo o advogado, sua prisão chegou a um nível muito abaixo do normal. Bitencourt disse que os áudios de Cid vazaram após o militar desabafar para um amigo. Ele não confirmou, contudo, quem seria essa pessoa. ● T.L.

mandado expedido por Moraes citava descumprimento de medidas cautelares e obstrução da Justiça.

INQUÉRITOS. Mauro Cid é investigado nos inquéritos sobre suspeitas de tentativa de golpe de Estado, de falsificação de carteira de vacinação e de desvio de joias do acervo presidencial. Os relatos do militar abasteceram uma série de apurações que miram Bolsonaro e aliados, em especial a investigação sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado tramada pela cúpula do governo anterior e oficiais de alta patente das Forças Armadas.

No despacho divulgado ontem, Moraes reproduz trechos do depoimento concedido ao desembargador Ailton Vieira, no dia 22 de março, na sala de audiências do Supremo, e avaliação da Procuradoria-Geral da República: “O requerente, em audiência de justificação, confirmou a voluntariedade de seus depoimentos e esclareceu que conversou previamente com seus advogados sobre a colaboração, sem sofrer pressão do Poder Judiciário ou da Polícia Federal”.

A volta de Cid para a prisão havia estimulado mais um confronto polarizado entre representantes do bolsonarismo e apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aliados de Bolsonaro questionaram a legalidade da medida determinada por Moraes. ●

X remove Brasil da lista de países onde os anúncios políticos são permitidos

GABRIEL DE SOUSA
BRASILIA

O X (antigo Twitter) retirou o Brasil da lista de países em que é permitida a veiculação de anúncios de conteúdo político. A mudança realizada pela plataforma do bilionário Elon Musk ocorreu na semana em que venceu o prazo estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as plataformas se adequarem às novas regras

que vão vigorar nas eleições municipais de outubro.

O Brasil estava presente entre os países nos quais o X permite a veiculação de anúncios de conteúdo político até a última segunda-feira.

Sem o Brasil, a listagem de nações onde anúncios políticos podem ser veiculados no X é formada por 13 países: África do Sul, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Indonésia, Israel, Japão, México, Peru e Reino Unido.

A exclusão do Brasil da lista ocorreu no limite do prazo de 60 dias estabelecido pelo TSE para que as redes sociais e as big techs aderissem a uma determinação do plenário da Corte.

REPOSITÓRIO. No dia 1.º de março, passou a vigorar a Resolução 23.732, que obriga os provedores de propagandas pagas na internet a “manter repositório desses anúncios para acompanhamento, em tempo real, do conteúdo, dos valores, dos res-

ponsáveis pelo pagamento e das características dos grupos populacionais que compõem a audiência”. O TSE também exigiu a disponibilização de “ferramenta de consulta, acessível e de fácil manejo” para “busca avançada nos dados do repositório”.

O X de Musk não foi a primeira empresa a decidir proibir os anúncios com teor político. Desde o início deste mês, o impulsionamento desse tipo de conteúdo também é impedido em todas as plataformas do Google. Em nota enviada ao **Estado**, o Google afirmou que tem “o compromisso global de apoiar a integridade das eleições”.

O **Estado** procurou o X, mas não havia obtido resposta até a noite de ontem.

No início de abril, Musk fez uma série de ataques ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, atual presidente do TSE.

Regras
Decisão ocorre no limite do prazo dado pelo TSE para plataformas se adaptarem às novas regras eleitorais

Musk utilizou a sua rede social para acusar Moraes de infringir a Constituição brasileira e promover a censura em decisões judiciais. Em resposta, o ministro incluiu o empresário como investigado no inquérito das milícias digitais. ●